

Copasa investe na Meta 2014

Para fortalecer suas ações e atingir um melhor índice de saneamento no Estado a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa), por intermédio do seu diretor de Meio Ambiente, Tilden Santiago, assinou, no dia 19 de janeiro, um contrato de prestação de serviços técnicos especializados com a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (Fundep). Com vigência de um ano, o contrato dará continuidade ao trabalho socioambiental de conservação e revitalização da bacia hidrográfica do Rio das Velhas – Meta 2014. A Copasa repassará recursos da ordem de R\$ 300 mil para serem aplicados em ações de recuperação da calha do rio das Velhas na região de Nova Lima, Sabará, Sete Lagoas, nas localidades situadas na sub-bacia do ribeirão da Mata, na preservação e conservação da sub-bacia dos rios Cipó/Paraúna e das sub-bacias do rio das Velhas, envolvendo todas as prefeituras e empresas com atuação nestas áreas. Desenvolvido pelo Projeto Manuelzão, a Meta 2014 visa desenvolver ações que promovam a melhoria da qualidade e quantidade disponível de água na bacia do Rio das Velhas.

Livro “45 anos da Abes” à disposição dos associados

Em 2011, a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes) comemorou 45 anos de existência com a publicação de um livro sobre sua trajetória. Através de fotos e textos, a Abes relata lutas e conquistas que se confundem com a própria história do saneamento no país. Muitos exemplares foram distribuídos aos associados durante os eventos realizados no segundo semestre de 2011. Mas aqueles que não puderam participar e levar para casa essa enriquecedora publicação, agora terão mais uma oportunidade. A partir do dia 1º de fevereiro (de 9h às 12h30 e 14h às 18h30) os exemplares estarão disponíveis, para os associados, na sede da Abes-MG, na rua São Paulo, 824, 14º andar, Centro, Belo Horizonte. Basta comparecer e retirar o seu livro. A Abes-MG espera sua visita.



Recuperação do Paraopeba é prioridade para Feam

Feam lança plano de atuação para o Paraopeba

O “Plano para Incremento do Percentual de Tratamento de Esgotos Sanitários na Bacia Hidrográfica do Rio Paraopeba”, elaborado pela Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam), indica as áreas prioritárias para investimento e deve auxiliar órgãos governamentais a desenvolver ações na bacia. O estudo foi apresentado em dezembro na Câmara de Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos (CTIG) do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH-MG) e na Unidade Regional Colegiada do Paraopeba do Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam). Sua elaboração surgiu da necessidade de ações sustentáveis para a recuperação da bacia, tendo em vista sua importância para o abastecimento público de água. Atualmente, o Paraopeba abastece 53% da população da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). De acordo com o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam), os principais responsáveis pela degradação são o lançamento de esgoto sanitário e efluentes industriais sem o tratamento adequado e o uso e ocupação irregulares do solo nas áreas urbana e rural. A implementação das diretrizes poderá contribuir, também, para o incremento do percentual de tratamento dos esgotos sanitários da Bacia, que atualmente corresponde a apenas 37,6% (724 mil habitantes) da população urbana. Leia mais em: www.abes-mg.org.br

Funasa libera R\$ 314 milhões para saneamento

Minas Gerais vai receber, este ano, R\$ 314 milhões do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) 2. O recurso foi anunciado pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) durante uma solenidade no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Minas (Crea-MG) e deve beneficiar 111 municípios do Estado com menos de 50 mil habitantes. Outras 321 cidades que também solicitaram investimentos em saneamento básico ficaram fora do pacote por não apresentarem um projeto com as obras necessárias. Para amenizar a falta de planos de saneamento nos municípios foi firmado um convênio que prevê a capacitação de gestores no interior. A Funasa também se comprometeu a realizar o plano de saneamento das 321 cidades excluídas do PAC 2. Além desses recursos, outros R\$ 39 milhões serão destinados ao Estado, em 2012, por meio de emendas parlamentares.